APROVADA EM 24/09/2020 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIRETORIA AMPLIADA DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 31 de agosto de 2020 deu-se a reunião extraordinária da diretoria do CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta**: 1) Solicitação dos recursos disponíveis financeiros para o PAP.**

PAP: A reunião teve início com a fala de Maria Aparecida Resende questionando quanto ao documento encaminhado por email anteriormente e uma divergência quanto aos valores apresentados no relatório de Marcos Lacerda em 18 de março. Christianne Bernardo informou que segundo Marcelo Crespi houve uma retirada em 31 de março de 30% pelo estado do Rio de Janeiro por meio de uma emenda constitucional no valor de R$ 4.151.700,29 e em 18 de agosto foi pago o custeio da delegatária no valor de R$1.190.992,64. Marcos Lacerda pontuou que acredita ser importante que alguém faça as contas para verificar se os valores correspondem. Foi sugerido que Kleiton Gomes checasse estes valores, visto que a entidade delegatária tem acesso a este recurso. José Paulo Azevedo recordou a questão do novo PAP organizado em macroprogramas ser aprovado no CERHI. Kleiton Gomes informou que a Agevap não possui os números para responder de forma instantânea. Marcos Lacerda colocou que a Agevap possui os números, mas podem não ter chegado até o gerente da secretaria executiva do CBH-BG. José Paulo Azevedo projetou um arquivo com os números apresentados pela SEFAZ-RJ. Kleiton Gomes pontuou que não tinha conhecimento deste documento, mas considerava muito importante que se acompanhasse progressivamente o andamento do PAP. Marcos Lacerda colocou que já havia solicitado em maio com a mudança de gerência que houvesse a elaboração de uma ferramenta de controle financeiro com urgência, interligando as planilhas criadas anteriormente por Caroline Lopes, principalmente pensando que em setembro ainda não foi colocado em prática. Christianne Bernardo corroborou com a necessidade de dar andamento a este pedido, pois é preciso que alguém traduza os números de forma clara. Marcos Lacerda pontuou que é preciso ser profissional e trabalhar com prazos que precisam ser cumpridos, questionando se era este o encaminhado solicitado por esta diretoria. A diretoria colocou que este seria o encaminhamento do item. Foi solicitado que seja encaminhado o documento da SEFAZ-RJ. Houve a projeção do PAP, sendo informado por Kleiton Gomes que o documento não era de simples entendimento, pois apresentava previsões futuras e não ficava muito claro qual era o saldo

disponível. Marcos Lacerda auxiliou na contextualização de algumas colunas, colocando que cabe levantar o esclarecimento sobre outras para compreender o que aconteceu no período. Ana pontuou que houve uma distribuição dos recursos de acordo com as definições da oficina do PAP, mas que o INEA colocou que as planilhas dos CBHs do estado são todas de uma forma específica, sendo o PAP composto por várias planilhas. Sobre o PAP ser aprovado no CERHI, Marcos Lacerda colocou que isto trouxe prejuízos ao CBH-BG, uma vez que houve a perda de 30% dos recursos e o INEA não realizou uma comunicação oficial sobre o assunto, impedindo que o comitê acessasse seus próprios recursos, porém Lívia Soalheiro informou que não havia problemas no PAP, ficando sem esclarecimento por qual motivo não houve a liberação dos recursos. Com isto, Marcos Lacerda afirmou que não se pode dar por perdido o dinheiro que for arrestado, tendo em vista que o repasse já havia sido solicitado. Marcos Lacerda pontuou que os nomes das colunas não são intuitivos, completando que acredita que o PAP deveria ser a tabela 1. Kátia Vallado questionou como seria possível definir as diretrizes sem os valores estabelecidos, sendo respondido por Marcos Lacerda que não haveria problema nas definições no momento, que os valores seriam detalhes para se ajustar à frente. Christianne Bernardo agradeceu às contribuições realizadas por Marcos Lacerda, questionando ao Kleiton Gomes se é possível que alguém esclareça às questões relativas ao PAP. Kleiton Gomes disse que daria um retorno ainda esta semana com ajuda dos especialistas em recursos hídricos do Contrato de Gestão que já estavam há mais tempo acompanhando os processos do BG. Christianne Bernardo solicitou que isto seja tomado como prioridade. Christianne Bernardo questionou se preferiam dar andamento definindo as diretrizes dos macroprogramas ou se deveriam aguardar os esclarecimentos acerca do PAP. Marcos Lacerda pontuou que acreditava que não havia outra data para realizar esta definição, tendo em vista o calendário apertado do mês de setembro.

Diretrizes: Foi passado ao assunto das diretrizes. Foi falado que deveria haver definições sobre a temática a fim de estabelecer o direcionamento para a reunião de 08/09. Vera Chevalier colocou que poderia ser considerada a possibilidade de não estabelecer diretrizes para os que fossem passíveis de prorrogação. Marcos Lacerda pontuou que acredita que deveriam ser discutidas as linhas já aprovadas, sendo realizadas considerações caso haja discordância sobre o que já foi acordado. Raquel Cruz levantou que acredita que a parte de Infraestrutura Verde não deveria ser limitada com foco em Unidades de Conservação, pois pensa que isso causa uma restrição aos projetos que perpassam o tecido urbano. Ana Costa pontuou que os editais de

demanda espontânea precisam ser pensados de acordo com o dimensionamento da equipe pela quantidade de contratos gerados que precisarão ser acompanhados. Amanda Rodrigues colocou que as ações devem ser pensadas no âmbito da RHV, não somente dos subcomitês, para facilitar a operacionalização e o acompanhamento. Marcos Lacerda corroborou com Amanda Rodrigues, acrescentando que o ideal seria que fosse desenvolvido um edital para cada macroprograma. Adriana Bocaiuva colocou que, apesar de concordar com Marcos Lacerda, acreditava que isto pode resultar em um conflito de interesses, sendo necessário pensar como será encaminhado aos subcomitês. José Paulo Azevedo salientou que o Piabanha realizou alguns projetos de PSA, sendo observado que é preciso de um grande investimento para se ter um resultado significativo. Marcos Lacerda trouxe que o edital de demanda espontânea não precisa necessariamente ser único, quem irá definir o edital são os subcomitês e não o contrário. Ele completou sua fala trazendo a questão do monitoramento, pois o recurso solicitado deve ser destinado ao projeto, não ficar em posse da secretaria executiva durante os 3 anos. Adriana Bocaiuva retornou à questão levantada por José Paulo Azevedo, corroborando que PSA é um investimento muito alto e de longo prazo, havendo outras soluções mais interessantes. Ana Costa colocou que acredita que seria interessante avaliar uma rede satisfatória para o CBH-BG e com um custo menor de manutenção. Ana Costa também falou sobre o PSA, dando exemplo do CEIVAP, que trouxe uma demanda administrativa muito grande na época, afirmando que a proposta de PSA traz uma remuneração relacionada a um plano de trabalho. Christianne Bernardo solicitou que fossem pensadas as diretrizes de forma objetiva em virtude do tempo. Em Apoio à Pesquisa foi colocado que devem ser mantidas as linhas de pesquisa já pensadas anteriormente, aumentando o número de apoios. José Paulo Azevedo trouxe que anteriormente também foi pensado em extensão e que considera que deveria haver um grupo de avaliação também para direcionamento desta questão. Amanda Rodrigues colocou que acredita que algumas linhas poderiam ser revistas, pois talvez não seria interessante para o CBH-BG realizar pesquisas em um tempo tão curto. Mayná Coutinho pontuou que acredita que deve ser mantido o que já foi colocado, sempre optando pela continuidade do trabalhado anterior, ampliando o que for possível para se alcançar um resultado expressivo. Marcos Lacerda colocou que caso sejam levantadas muitas demandas sem direcionamento e afunilamento, não haveria viabilidade de ser realizada a solicitação de recursos no começo de outubro. Flávia Lanari solicitou que fosse realizado um resumo sobre as diretrizes para que pudesse ser levado ao subcomitê. Ana Costa questionou se a solicitação total de recursos ocorresse em outubro não seria necessário solicitar

novamente em dezembro sobre os recursos arrecadados de outubro a dezembro. Marcos Lacerda colocou pelo tempo que o processo leva para tramitar no INEA não haveria tempo para liberação, pontuando também que não há como deixar sem um valor especificado, sendo necessário realizar duas solicitações, uma em outubro e outra em dezembro. José Paulo Azevedo colocou que seria importante argumentar junto ao INEA que o dinheiro foi indevidamente tomado no arresto do final do ano anterior.

Encaminhamentos:

1 - Contratação de pessoa para desenvolvimento Sistema Financeiro simplificado em excel para o CBH BG atualizadas mensalmente - em até 15 dias para contratação encaminhada.

2 - Distribuir documento da secretaria da fazenda para diretoria ampliada

3 - Deve ser dada continuidade e ampliação quando possível. Em caso de impossibilidade, os GTs e o subcomitê debatem o que fazer, tentando acordar com a diretoria quando os direcionamentos forem muito diversos.

Participantes:

Christianne Bernardo da Silva – 57ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Presidente; Paulo Cardoso da Silva – Associação Livre de Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu - ALAPI – Vice-presidente; Vera Maria de Rossi Chevalier – Associação Projeto Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi – Diretora Administrativa; Raquel Cruz – Diretora Secretária – Prefeitura de Niterói – Administração da Região Oceânica; Maria Aparecida Resende – Prefeitura Municipal de Magé – Diretora Técnica; AGEVAP – Carolina Martins – Especialista Administrativa; AGEVAP – Andréia Coutinho – Especialista Administrativa; AGEVAP – Kleiton Gomes – Gerente de Recursos Hídricos; AGEVAP – Amanda Rodrigues – Especialista em Recursos Hídricos; AGEVAP – Ana Costa – Especialista em Recursos Hídricos; AGEVAP – Patrick Souza – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – Lohana Souza – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – Gabriel dos Santos – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – João Coimbra – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – Laura Pantaleão – Especialista em Recursos Hídricos; AGEVAP – Paulo Ribeiro – Especialista em Recursos Hídricos; Marcos Lacerda – Instituto Terrazul; Leonardo Canto – CEDAE; Mayná Coutinho

Morais – CEDAE; Adriana Bocaiuva – AMALGA; José Paulo Azevedo – OMA Brasil; Kátia Vallado – CCRON; Flávia Lanari – APALMA; Paulo Vianna – FIPERJ.

CHRISTIANNE BERNARDO DA SILVA

Presidente